

Duas alternativas de rota que podem levar à redução da inflação

GAZETA MERCANTIL

Igor Cornelsen*

As acusações de Pedro Collor de Mello contra seu irmão e a instauração de uma CPI para analisar o caso inviabilizam a rota de estabilização econômica escolhida para consolidar a economia do Brasil, isto é, gerar consenso para a aprovação no Congresso das inadiáveis reformas econômicas.

O agente econômico, entretanto, não deveria entrar em pânico e imaginar que a inflação vai sair fora do controle. A equipe econômica tem ainda duas alternativas de rotas a seguir que podem levar à redução da inflação e ao sucesso econômico em 1993.

A primeira é a ortodoxa, eliminar o déficit público do governo central e das estatais, suspendendo todas as obras públicas. O espaço de manobra é enorme. Podemos citar:

1) Grupo Eletrobras — elevar as tarifas e suspender todas as obras até a aprovação das reformas econômicas. Se a tarifa passasse de US\$ 46,00 para US\$ 68,00 o megawatt, o aumento da receita do sistema (e das estaduais) viabilizaria a redução do endividamento e do déficit das estatais junto aos bancos, ao mesmo tempo que a suspensão de todas as obras economizaria US\$ 3,5 bilhões em doze meses.

2) Sistema Petrobras —



com o preço atual do petróleo, não faz sentido a Petrobras investir em produção. Se as tarifas fossem atualizadas e o subsídio ao gás natural e ao óleo diesel fosse eliminado, bem como todos os investimentos na produção, a estatal poderia gerar caixa de quase US\$ 5 bilhões em doze meses.

3) Demais obras, como CIAC, construção de hospitais, convênios para casas populares, Linha Vermelha, Metrô de Brasília, obras de saneamento, etc., podem poupar o Tesouro e seus bancos semifalidos de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões.

O simples anúncio dessas medidas e a sua explicação aos agentes econômicos fariam a inflação despencar e as empreiteiras de obras públicas gerariam o "consenso" no Congresso para reformar a Constituição e aprovar o ajuste fiscal. Essas medidas não precisam de aprovação no Congresso. O outro caminho, por ser menos recessivo e não contrariar interesses, será mais tentador e os agentes econômicos deverão presitar muita atenção.

Da mesma forma que Menem na Argentina, cujos familiares foram acusados de tráfico de drogas e de influências, Collor está no momento acuado e a forma mais rápida de sair de evidência seria gerar um fato mais importante que esse para mudar o foco de atenções.

A cópia do Plano Cavallo, de fácil implementação no Brasil por meio de medidas provisórias, será muito tentadora.

O Brasil conta hoje US\$ 18 bilhões em reservas, tem o câmbio ajustado e a base monetária é de apenas US\$ 4 bilhões. Poderia rapidamente implantar o indolor Plano Cavallo e conseguir a estabilização.

Da mesma forma que na Argentina, o plano só se sustentaria se o déficit público fosse eliminado, e para tal deveria acelerar a privatização. A maneira eficiente de fazê-lo seria eliminando: a) a restrição para estrangeiros diminuiriam seu investimento a 40% do capital votante e b) o desconto na dívida externa para aquisição de estatais quando da conversão de dívidas.

Como o Plano Cavallo contraria poucos interesses, tira o escândalo do noticiário e devolve a credibilidade ao governo, tem 90% de chances de ser implantado, enquanto a ortodoxia tem somente 10%.

Brasileiros e argentinos sempre preferiram as magias indolores aos ajustes definitivos, e dificilmente escaparemos desse novo truque. Só teríamos problemas novamente se e quando o déficit público voltasse a exigir a emissão de cruzeiros, mas já estariamos em 1995; pois ainda temos mais de US\$ 120 bilhões de estatais para vender.

* Diretor do Chartered WestLB Ltd.